

## Questão Discursiva 01082

Defina o que são **políticas públicas** e de que forma o Ministério Público, através dos instrumentos de tutela coletiva, pode ser eficiente e resolutivo na sua indução e implementação.

*\*\*\* Esta questão faz parte de uma prova do mesmo concurso que não foi sorteada para ser aplicada para os candidatos, nos termos do art. 18 § 1º do Regulamento do Concurso. Porém, dada a pertinência da questão para fins de preparação para os concursos, o JusTutor decidiu mantê-la junto à prova original. As questões deste concurso que não estão marcadas com esta observação foram efetivamente aplicadas aos candidatos.*

### Resposta #004739

Por: **Nelson Mancini** 11 de Outubro de 2018 às 17:18

Políticas públicas são o conjunto de atividades do Estado que visem atingir metas inerentes ao Estado. São, portanto, ações, leis e atos que busquem oxigenar os fins primordiais do Estado. Desta feita, compreende-se que as políticas públicas podem (e devem) ser oxigenadas pelos três Poderes.

O Ministério Público, como instituição permanente e essencial à jurisdição (art. 127, CF), desenvolve papel de relevância na busca pela concretização de políticas públicas, na medida em que possui instrumentos capazes de compelir o Estado a realizá-las ou implementá-las.

Nesta toada, destaca-se a importância das ações civis públicas, notadamente as que toquem obrigações de fazer, visando ao atendimento de direitos inerentes aos jurisdicionados, v.g., compelindo à contratação de professores em redes básicas de educação; tutelando pelo meio ambiente equilibrado; melhoria na saúde.

Sem prejuízo, os termos de ajustamento de condutas também se prestam à finalidade em tela, e, ainda, têm em seu bojo a vantagem da celeridade, na medida em que não perfazem todo o interregno processual.

### Resposta #007024

Por: **Ana B. Arins** 4 de Maio de 2022 às 09:12

Políticas Públicas são uma forma de implantar direitos fundamentais, de dar eficácia a normas constitucionais programáticas, a exemplo de políticas públicas na área da saúde, da educação, do meio ambiente.

O Ministério Público, por meio da Ação Civil Pública e de instrumentos extrajudiciais como o inquérito civil, audiências públicas, termo de ajustamento de conduta, é um importante ator na implantação de políticas públicas que, embora componham o mínimo existencial dos direitos fundamentais dos cidadãos, muitas vezes não estão a sua disposição.

A questão inclusive já foi suscita perante o STF, questionando se o Judiciário não estaria se imiscuindo na discricionariedade administrativa ao determinar a efetivação de direitos quando provocado por meio das ações coletivas. O entendimento da Suprema Corte foi no sentido de que não há afronta à discricionariedade administrativa quando estão em questão direitos fundamentais, direitos que o Estado não pode quedar-se inerte em garantir.

Logo, políticas públicas consistem numa forma do Estado garantir direitos fundamentais constitucionalmente previstos.